



# Muito dinheiro e menor chance para renovação

Dos R\$ 4,9 bilhões do Fundo Eleitoral para o pleito deste ano, PL, PT e União ficam com cerca de 40%. Tendência de partidos é investir na reeleição de parlamentares

» EDUARDA ESPOSITO

Três partidos vão morder cerca de 40% do Fundo Eleitoral, que este ano será de R\$ 4,9 bilhões. O PL levará a fatia maior, de R\$ 881,6 milhões. Em seguida aparecem o PT, com R\$ 615,3 milhões, e o União Brasil, com R\$ 526,2 milhões. Os valores para cada uma das 30 legendas do país foram divulgados pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), na noite de quarta-feira.

Com a divisão do bolo, a federação União Progressista (formada pelo União Brasil e pelo PP) terá à disposição quase R\$ 1 bilhão do montante do oficialmente chamado Fundo Especial de Financiamento de **Campanha** (FEFC) para as eleições deste ano.

O cientista político Murilo Medeiros, da Universidade de Brasília (UnB), destacou que a concentração de recursos do Fundo Eleitoral em poucos partidos empodera os líderes das legendas. “A distribuição passou a ser uma das decisões mais estratégicas do processo eleitoral. Quem controla o cofre, controla boa parte das condições de competição. Os presidentes de partido acumulam hoje uma capacidade de influência superior à de diversos ministros de Estado”, frisou.

Medeiros ressaltou que o valor do fundo triplicou desde 2018 e isso terá impactos diretos nos nomes que pleitearão mandatos nas eleições em outubro. “O Fundo Eleitoral influencia a distribuição de poder antes mesmo

## Divisão da bolada

### Veja o top 10 dos partidos que mais vão receber dinheiro do Fundo Eleitoral

PL (17,77%)	R\$ 881,7 milhões
PT (12,4%)	R\$ 615,4 milhões
União Brasil (10,61%)	R\$ 526,2 milhões
PSD (8,49%)	R\$ 421 milhões
PP (8,41%)	R\$ 417,1 milhões
MDB (8,06%)	R\$ 400 milhões
Republicanos (7,03%)	R\$ 348,6 milhões
Podemos (4,96%)	R\$ 246 milhões
PDT (3,41%)	R\$ 169,3 milhões
PSB (3,07%)	R\$ 152,3 milhões

Fonte: TSE

## Despesas

Os valores podem ser utilizados para despesas relacionadas à campanha, como a impressão de materiais, impulsionamento de conteúdo na internet, contratação de pessoal, aluguel de espaços para eventos, transporte e serviços de comunicação.

de o primeiro voto ser depositado na urna”, disse. Com isso, na visão do especialista, a renovação do Congresso Nacional vai depender da decisão de cada sigla em investir em um candidato ou candidata. Contudo, a tendência é de que os partidos continuem enviando recurso para aqueles

que já possuem mandato, ou seja, disputarão a reeleição.

“O cálculo dos partidos é racional. Direcionam recursos para candidatos que apresentam maiores probabilidades de vitória. E isso normalmente significa destinar recursos para quem já ocupa mandato. A tendência estrutural é que a renovação ocorra de forma mais lenta e controlada, cada vez mais dependente das cúpulas partidária”, afirmou.

## Impeachment no STF

O Senado será a Casa com maior relevância para os partidos no pleito deste ano, principalmente para o PL, PT e seus aliados. Em 2026, 54 senadores deverão buscar um novo mandato, renovação de 2/3 das cadeiras. Para os bolsonaristas, eleger

o maior número de senadores é essencial para eleger um presidente da Casa em fevereiro de 2027 que pautar os pedidos de impeachment de ministros do Supremo Tribunal Federal (STF). Hoje, o nome mais cotado para esse comando é o do senador e líder da oposição na Casa, Rogério Marinho (PL-RN). Internamente, a decisão do PL em manter Marinho no Senado e não lançá-lo como pré-candidato ao governo do Rio Grande do Norte foi pensando na cadeira no ano que vem.

Na Câmara, o PL tem hoje a maior quantidade de cadeiras: são 97 deputados, contra 65 do PT. Partidos do campo da esquerda e aliados do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, como PSB, PDT, PSol e Rede, esperam aumentar o número de deputados nestas eleições com objetivo de diminuir o poder de barganha do Centrão para votação de projetos de interesse do Executivo.

Criado pela Lei nº 13.487/2017, o fundo é constituído com Orçamento da União em ano eleitoral e tem a finalidade de custear as campanhas. A distribuição dos recursos observa os seguintes critérios: 2% são divididos igualmente entre todos os partidos com estatuto registrado no TSE; 35% são distribuídos proporcionalmente aos votos obtidos pelas legendas na última eleição geral para a Câmara dos Deputados; 48% são repartidos de acordo com o número de representantes eleitos para a Câmara dos Deputados; e 15% são divididos conforme a representação dos partidos no Senado Federal.

## NAS ENTRELINHAS

Por Carlos Alexandre de Souza

carlosalexandre.df@dabr.com.br



## O cálculo de risco de Flávio, a oposição e a política de Trump

A estratégia de pegar carona na política norte-americana para abafar o envolvimento no escândalo Master e turbinar a disputa eleitoral contra o presidente Lula é uma jogada perigosa de Flávio Bolsonaro. O cálculo do senador repete a estratégia adotada no ano passado, quando o governo Trump lançou um conjunto de medidas que atingiam não apenas a economia brasileira, mas igualmente autoridades do Executivo e do Judiciário. É incerto, todavia, se essa articulação internacional resultará no objetivo final de Flávio Bolsonaro em 2026: sair vitorioso das urnas.

A luz dos fatos ocorridos em 2025, conclui-se que a torcida bolsonarista para azedar a relação entre Brasil e Estados Unidos teve efeito limitado. As sanções impostas pelo governo Trump estavam (e continuam) inseridas em um contexto maior, dentro da política global definida pela Casa Branca de reverter o déficit na balança comercial — o saldo negativo está na faixa de US\$ 60 bilhões — e estimular a indústria norte-americana. Em relação ao tarifaço, a orientação brasileira de negociar, pacientemente, os pontos de conflito culminou em uma aproximação entre os presidentes Lula e Trump. Para quem apostava em uma rivalidade entre os chefes de Estado, o que se viu foi uma “química” e a promessa de reforçar a bicentenária relação entre as duas maiores democracias do continente americano.

Naquele momento, a estratégia bolsonarista estava muito focada não exatamente no Palácio do Planalto, mas no Supremo Tribunal Federal. Havia uma clara intenção do núcleo coordenado pelos filhos de Jair Bolsonaro de denunciar uma suposta perseguição política contra o ex-presidente e seus aliados. Essa iniciativa também se revelou ser de curto alcance. Tanto o governo brasileiro quanto a Suprema Corte deixaram claro que Jair Bolsonaro e seus colaboradores foram condenados dentro de um legítimo processo legal, não havendo sustentação nas denúncias contra o Judiciário brasileiro. Em setembro de 2025, Bolsonaro e seus cúmplices foram condenados a muitos anos de prisão, e não se viu manifestações mais veementes do governo norte-americano em relação ao veredito.

A tentativa de jogar os EUA contra o STF ainda provocou um efeito adverso para os Bolsonaro: despertou um sentimento nacionalista no Brasil. O presidente Lula tornou-se o ponta de lança de uma campanha de defesa da soberania, acusando bolsonaristas de traidores da Pátria e deixando claro os danos econômicos provocados pela ofensiva norte-americana.

Essa retórica está sendo, mais uma vez, utilizada pelo governo brasileiro. Com os dizeres “O Pix é do Brasil” em um cartaz e xingamentos a Flávio Bolsonaro, Lula reedita, em um tom contundente, a campanha Brasil Soberano. Em 2025, esse nome batizou o programa de auxílio aos exportadores prejudicados pelas sanções estabelecidas por Washington. O Brasil Soberano foi, ainda, tema do desfile de Sete de Setembro. “Somos capazes de governar e de cuidar da nossa terra e da nossa gente, sem interferência de nenhum governo estrangeiro. Mantemos relações amigáveis com todos os países, mas não aceitamos ordens de quem quer que seja. O Brasil tem um único dono: o povo brasileiro”, disse o presidente Lula no discurso de Independência. Essas palavras caberiam igualmente para este período pré-eleitoral, sem qualquer necessidade de ajuste.

Assim como ocorreu no ano passado, Flávio Bolsonaro tem sido identificado como traidor da Pátria. A diferença é que estamos a quatro meses da eleição. O nome mais proeminente do bolsonarismo recebe novamente essa alcunha, mas aposta em atribuir ao incumbente os problemas identificados pelo governo dos EUA, como a atuação de facções criminosas no Brasil e supostas práticas contrárias às empresas norte-americanas.

Resta saber se o plano de responsabilizar Lula pelos ataques provenientes dos EUA será suficiente para convencer o eleitor. Em Belo Horizonte, durante um evento promovido pelo agro, Flávio Bolsonaro exortou a união da direita para “tirar o Brasil das mãos sujas do PT”. Ronaldo Caiado e Romeu Zema, também presentes no encontro, renovaram as críticas ao governo Lula. Essa linha de ataque mostra-se perigosa, pois coloca no palanque eleitoral questões ligadas aos interesses nacionais, e não propriamente à batalha partidária. Além de oferecer a Lula a chance de mostrar resultados — afinal, o governo brasileiro é que fará a interlocução com os EUA —, pode despertar uma rejeição no eleitorado.

No caso específico dos temas em foco na crise Brasil-EUA, Flávio Bolsonaro também tem pontos vulneráveis. Ele afirma que o país está refém do crime organizado, mas as relações do senador fluminense com milicianos são de domínio público. Os Estados Unidos justificam o aumento de tarifas comerciais à corrupção no Brasil, mas o 01 foi à América para fugir da pressão política após a revelação de uma ligação muito próxima com o protagonista do maior escândalo de fraudes financeiras de que se tem notícia no país. Ao se apoiar nos EUA para a batalha contra Lula, Flávio Bolsonaro corre o risco de ser abatido em pleno voo.

Luiz Roberto/TSE



Indicado ao STF pelo então presidente Jair Bolsonaro, o ministro Kassio Nunes Marques assumiu o comando do TSE em maio passado

## Marques e ações sobre *Dark Horse*

O presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Kassio Nunes Marques, será o **relator** de duas ações relacionadas ao filme *Dark Horse* e de uma terceira sobre a pesquisa AtlasIntel que mencionava áudios do senador e pré-candidato à Presidência Flávio Bolsonaro (PL-RJ) enviados ao banqueiro Daniel Vorcaro. Os processos discutem possível abuso econômico e político ligado ao financiamento e à exibição do longa sobre o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) e suposto direcionamento eleitoral na pesquisa eleitoral.

Na ação que questiona a pesquisa da AtlasIntel, movida pelo PL, a legenda sustenta que o levantamento teria induzido os entrevistados contra Flávio Bolsonaro ao reproduzir, em um dos questionários, o áudio de uma conversa dele

## Trio decide

Recém-empossado na presidência da Corte, Nunes Marques editou, no fim de maio, uma resolução que concentrou nele e nos ministros André Mendonça, vice-presidente, e Estela Aranha a análise de ações sobre propaganda eleitoral durante a campanha presidencial. Caberá ao trio decidir sobre pedidos das campanhas contra propagandas de adversários e analisar solicitações de direito de resposta apresentadas ao longo da disputa eleitoral.

com Vorcaro, em que o parlamentar pede apoio financeiro para, supostamente, custear a cinebiografia.

Segundo os advogados do partido, oito das 48 perguntas da pesquisa tratavam do suposto envolvimento de Flávio com Vorcaro, o que configuraria “claro induzimento” do eleitorado.

Na ocasião, o levantamento mostrou que o filho do ex-presidente Jair Bolsonaro caiu seis pontos

porcentuais desde abril e apareceu com 41,8% das intenções de voto contra 48,9% do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) em um eventual segundo turno presidencial.

A AtlasIntel afirmou que o teste do áudio foi aplicado exclusivamente após a conclusão e submissão integral do questionário principal do levantamento pelo respondente.

Em outra ação, Nunes Marques vai relatar o pedido do deputado

Rogério Correia (PT-MG) para barrar a exibição de *Dark Horse*. O parlamentar sustenta que a produção sobre Jair Bolsonaro pode gerar um “efeito eleitoral abusivo” durante a campanha presidencial.

Já no terceiro processo, o ministro ficará responsável pela ação do deputado Arlindo Chinaglia (PT-SP), que pede investigação sobre possíveis abusos de poder econômico e político no financiamento do longa. Segundo o parlamentar, a produção pode influenciar o cenário eleitoral e desequilibrar a disputa presidencial.

Indicado ao Supremo Tribunal Federal (STF) por Bolsonaro, em outubro de 2020, Nunes Marques já estava predestinado a comandar o TSE em 2026, já que a presidência da Corte é definida por um sistema de rodízio entre ministros do STF.